

JUVENTUDE E AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS DOS NOVOS PADRÕES SUCESSÓRIOS

Ainor Francisco Lotério

Agrônomo | Extensionista rural | Técnico pela Epagri | Ex-Diretor Estadual Epagri/SC | Trabalhou com Clubes 4-S, Juventude Rural, Pró-Jovem e Jovem Extensionista | Um dos profissionais com maior experiência em desenvolvimento rural da juventude no Brasil | Orador | Consultor | Diácono Permanente

1. APRESENTAÇÃO

Há décadas acompanho de perto a realidade da juventude rural brasileira. Primeiro como extensionista de campo na Epagri em Santa Catarina, depois como coordenador de programas voltados à juventude agrícola, incluindo os Clubes 4-S, o Pró-Jovem Rural e o programa Jovem Extensionista. Nessa trajetória, aprendi que a pergunta mais urgente do campo não é quão produtivo ele é, mas quem o habitará nas próximas gerações. Este artigo nasce dessa experiência acumulada e do diálogo com a literatura científica mais recente sobre sucessão familiar e juventude rural no Brasil.

A crise de reprodução social no campo é hoje um dos temas centrais das ciências agrárias e das políticas públicas brasileiras. Quando falamos em sucessão da agricultura familiar, não estamos tratando apenas de transferência patrimonial: estamos debatendo a continuidade de um modo de vida, de uma cultura, de uma soberania alimentar. O envelhecimento da população rural e o esvaziamento das comunidades agrícolas representam ameaças concretas não apenas às famílias produtoras, mas a toda a sociedade que depende do alimento por elas produzido.

2. O DECLÍNIO DO MODELO TRADICIONAL DE SUCESSÃO

Por séculos, o campo sul-brasileiro operou sobre um pacto implícito: o filho mais novo, ou o mais velho, herdaria a terra em troca de cuidar dos pais na velhice. Era uma aliança oral, enraizada nos costumes, que dispensava contratos e dispensas jurídicas. Esse modelo transmitia não apenas a propriedade, mas também o saber agrícola acumulado em gerações: como preparar o solo, quando plantar, como negociar na feira. Era, em linguagem de Agrosafia, a transferência de uma inteligência viva da terra para as mãos dos que a trabalhariam.

Esse sistema começou a rachar nas décadas de 1970 e 1980, com a modernização agrícola conservadora e a expansão do ensino formal no meio rural. Os filhos que iam à escola passaram a enxergar horizontes mais largos do que o lote de seus pais. As filhas, em especial, encontraram na educação uma rota de saída de estruturas patriarcais sufocantes, nas quais seu trabalho não era remunerado, reconhecido ou valorizado. A resistência dos filhos em aceitar um destino predeterminado sem garantias de autonomia financeira tornou-se uma constante registrada tanto pelos extensionistas de campo quanto pelos pesquisadores acadêmicos.

A pesquisa de Thiago Brusarosco Ferreira, realizada na região de Navi-raí (MS), documenta com precisão esse fenômeno: chefes de família que se julgam incapazes de transmitir liderança, que negligenciam o processo sucessório e que, em muitos casos, ainda desestimulam os filhos a permanecer no campo. Dados levantados pelo mesmo estudo mostram que 50% dos cooperados entrevistados em uma das cooperativas pesquisadas não exerciam nenhuma influência sobre a decisão dos filhos de permanecer ou sair, e 6,9% chegavam a desestimulá-los ativamente.

Leia o estudo completo em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4707/1/Thiago_tcc_final_2020.pdf

3. ÊXODO SELETIVO E A MASCULINIZAÇÃO DO CAMPO

O esvaziamento do campo não ocorre de maneira uniforme. As jovens mulheres lideram o movimento de saída: para elas, a cidade representa não apenas salário, mas liberdade, reconhecimento e acesso a uma vida social que a propriedade rural patriarcal não oferece. O resultado é um campo progressivamente mais velho, mais masculino e mais solitário. Fala-se hoje em "âncelulose humana do campo": rapazes que não encontram parceiras para construir família porque as jovens migraram. Sem família, eles também partem.

A revisão sistemática da literatura publicada pela Revista Brasileira de Educação do Campo, abrangendo 87 artigos científicos produzidos nos últimos 20 anos, confirma que os estudos se concentram majoritariamente na opinião do agricultor principal e dos jovens do sexo masculino, desconsiderando as mulheres como sujeitos do processo sucessório. Essa lacuna na pesquisa reflete a própria lacuna na política: mulheres rurais ainda são invisibilizadas como herdeiras, gestoras e sucessoras legítimas da propriedade familiar.

Acesse a revisão sistemática em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/15729>

A tese de Carla Luiza Rosso, produzida no âmbito do UniCEUB, aborda os desafios específicos das mulheres como sucessoras em empresas do agronegócio. A autora evidencia que as dificuldades não são apenas estruturais ou econômicas, mas sobretudo culturais: o perfil do fundador, quase sempre masculino, condiciona as expectativas sobre quem deve herdar, liderar e perpetuar o negócio.

Confira o trabalho completo em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1028/2/20863353.pdf>

4. CONFLITOS DE GERAÇÕES E A BUSCA POR AUTONOMIA

Em minhas visitas como extensionista, aprendi a identificar com facilidade o padrão mais destrutivo para a sucessão rural: o jovem tratado como mão de obra subordinada, sem voz nas decisões técnicas ou comerciais. O pai decide quando plantar, o que comprar, com quem negociar. O filho executa. Não há diálogo, não há reconhecimento, não há perspectiva de gestão compartilhada. Nessas condições, a cidade é simplesmente mais atraente: oferece salário fixo, autonomia financeira e um regime de trabalho com hora de começar e hora de terminar.

O Censo Agropecuario de 2017 revelou que 24% dos produtores rurais brasileiros concluiu apenas o antigo primário elementar, e outros 19,13% encerraram seus estudos no ensino

fundamental. Essa baixa escolaridade da geração mais velha cria uma tensão curiosa: pais menos escolarizados comandando propriedades que exigem, cada vez mais, domínio de tecnologia, mercados futuros, rastreabilidade e conformidade ambiental. Os filhos, mais escolarizados, vêm as novas demandas, mas não têm espaço para aplicá-las.

A saída, como a literatura consistentemente demonstra, não é simplesmente “deixar o jovem tomar conta”. É construir, de forma planejada, uma transição progressiva de autoridade, de responsabilidade e de reconhecimento. Cooperativas que compreenderam isso, como a Coopavel no Paraná, criaram estruturas educacionais próprias para preparar os filhos dos cooperados às novas demandas, despertando neles o sentimento de que o campo é uma das melhores alternativas profissionais possíveis para as gerações futuras.

5. EDUCAÇÃO, ESCOLARIDADE E NOVAS ASPIRAÇÕES

A escola chegou ao campo com uma contradição embutida: ensina o jovem rural a ler o mundo urbano. Os currículos, os exemplos, as profissões valorizadas nos livros didáticos são quase sempre urbanos. Raramente a escola celebra o agricultor, o extensionista, o cooperado, o gestor de propriedade familiar. O jovem aprende a calcular percentuais, mas não aprende a analisar a viabilidade de um lote de soja. Aprende história das cidades, mas não conhece a história do cooperativismo Rochdaliano ou da construção da agricultura familiar catarinense.

O acesso ao ensino superior ampliou esse fenômeno. Jovens que cursam agronomia, veterinária ou administração muitas vezes retornam à propriedade com diplomas e sem lugar de fala. O pai não reconhece a universidade como fonte de autoridade legítima para gerir a terra que ele próprio ergueu. O filho não sabe como introduzir mudanças sem parecer que está contestando a competência paterna. Esse impasse é um dos mais comuns que encontrei em décadas de extensão rural, e é também um dos menos trabalhados pelas políticas públicas.

A Agrosófia, enquanto filosofia integradora que reconhece na terra um espaço de humanização, pode oferecer um caminho de síntese: valorizar simultaneamente o conhecimento acadêmico e o saber tradicional, construído pelas mãos calosas de gerações de agricultores. Não se trata de escolher entre a escola e a roça, mas de construir pontes entre esses dois mundos dentro da mesma família.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS, COOPERATIVISMO E A VIABILIDADE ECONÔMICA DA PROPRIEDADE

A sucessão da agricultura familiar não se resolve com boa vontade. Ela exige arquitetura institucional. O primeiro pilar dessa arquitetura é a viabilidade econômica da propriedade: sem renda adequada, nenhum jovem permanecerá no campo por convicção. O segundo pilar é o protagonismo do jovem na gestão: ele precisa ser parceiro, não herdeiro distante. O terceiro pilar é a rede de apoio institucional: cooperativas, emater, Epagri, bancos de desenvolvimento e políticas públicas específicas para a juventude rural.

A Embrapa, em publicação dedicada especificamente à sucessão em propriedades leiteiras, aponta que a combinação entre modernização tecnológica, diversificação de renda e linhas de crédito específicas para a inserção precoce dos filhos como sócios do negócio constitui a base mais sólida para garantir a continuidade das propriedades familiares. Não se trata de esperar a aposentadoria do pai para o filho assumir: trata-se de construir, desde cedo, uma co-gestão planejada.

Acesse a publicação da Embrapa em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/971767/sucessa-o-da-agricultura-familiar---desafios-e-perspectivas-para-propriedades-leiteiras>

O cooperativismo é, nesse cenário, um agente insubstituível. A cooperativa que investe em programas de juventude não está apenas sendo solidária: está garantindo sua própria sustentabilidade. Uma cooperativa envelhecida, cujos cooperados não são sucedidos pelos filhos, é uma cooperativa que caminha para a dissolução. Por isso, programas como o Sicoob Avança, o Jovem Cooperativista e os núcleos de juventude das organizações cooperativas são investimentos estratégicos, não gastos sociais.

Veja também: <https://precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>

7. O QUE A EXPERIÊNCIA DE CAMPO ENSINA

Trabalhei com os Clubes 4-S em Santa Catarina quando ainda era uma aposta institucional arrojada: reunir jovens rurais, ensiná-los a ser, saber, sentir e servir. Eram os quatro Ss de um projeto que reconhecia, *avant la lettre*, que o desenvolvimento rural não começa no solo, mas nas pessoas que sobre ele vivem. Vi gerações de jovens que, pelo simples fato de se sentirem vistos e valorizados em suas comunidades, escolheram ficar.

Vi também, com a mesma frequência, jovens que partiram. E invariavelmente, quando conversava com eles anos depois nas cidades, a narrativa era a mesma: não partiram do campo, partiram da invisibilidade. Não havia ninguém que os reconhecesse como sujeitos, que os ouvisse, que os convidasse à decisão. O campo os via como braços, não como mentes.

A sucessão bem-sucedida que presenciei ao longo de décadas tem um denominador comum: diálogo. Famílias que conversam sobre o futuro, que constroem planos, que reconhecem o jovem como parceiro desde cedo e que tratam a propriedade como um projeto compartilhado de vida e não como um fardo transmitido. Isso é Agrosófia na prática: integrar a dimensão humana, a dimensão agrícola e a dimensão espiritual de pertencer a um lugar e a uma linhagem.

8. PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

Com base na literatura científica e na experiência acumulada, proponho um conjunto de orientações para enfrentar a crise sucessória na agricultura familiar brasileira.

Primeiro: tratar a sucessão como processo, não como evento. A transferência da propriedade não acontece em um ato cartorial; ela se constrói ao longo de anos de convivência, diálogo, responsabilidade progressiva e reconhecimento formal. Cooperativas e serviços de extensão rural

têm papel central nessa construção.

Segundo: incluir as mulheres como sujeitos do processo sucessório. A masculinização do campo só será revertida quando as filhas encontrarem na propriedade familiar um espaço de reconhecimento, remuneração e protagonismo. Isso exige mudanças culturais profundas, apoiadas por políticas públicas e ações cooperativas.

Terceiro: vincular a sucessão à viabilidade econômica. O jovem só permanece se a propriedade gera renda digna. Linhas de crédito específicas, tecnologias adequadas à escala familiar e mercados garantidos pelas cooperativas são pré-condições indispensáveis.

Quarto: reformar o currículo escolar no meio rural. A escola não pode continuar sendo um vetor de saída do campo. Ela precisa ser um espaço que valoriza, contextualiza e potencializa o saber rural, sem fechar as portas para o mundo.

Quinto: fortalecer os programas de juventude cooperativa. Clubes 4-S, Jovem Cooperativista, núcleos de jovens agricultores e programas como o Sicoob Avança são ferramentas comprovadas. Não precisam ser inventados: precisam ser financiados, ampliados e reconhecidos como política de Estado.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise sucessória na agricultura familiar brasileira é grave, mas não é inevitável. Temos literatura, temos experiência acumulada, temos cooperativas que já demonstraram que é possível fixar o jovem no campo com dignidade. O que falta é vontade política, coordenação institucional e o reconhecimento de que a juventude rural não é um problema a ser gerido, mas uma força a ser constituída.

A terra não sustenta apenas quem a cultiva hoje. Ela sustenta também a memória do que foi cultivado antes e a promessa do que será cultivado amanhã. Garantir que haja mãos jovens e dispostas a cultivar essa promessa é um dos maiores desafios da política agrícola brasileira deste século. Não podemos adia-lo mais.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Thiago Brusarosco.

Desafios da Sucessão Rural: um estudo sobre a relação entre o cooperativismo e a sucessão familiar no campo na região de Navi-raí (MS). TCC. UFMS, 2020. Disponível em:
https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4707/1/Thiago_tcc_final_2020.pdf

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos.

Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 9, 2024. DOI: 10.70860/ufnt.rbec.e15729. Disponível em:
<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/15729>

ROSSO, Carla Luiza.

Desafios enfrentados pelas sucessoras no processo de sucessão familiar em empresas do agronegócio. TCC. UniCEUB, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1028/2/20863353.pdf>

EMBRAPA.

Sucessão da Agricultura Familiar: desafios e perspectivas para propriedades leiteiras. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/971767/sucessao-da-agricultura-familiar---desafios-e-perspectivas-para-propriedades-leiteiras>

OBRA DE REFERÊNCIA COMPLEMENTAR.

Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Disponível em: <https://precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>

Ainor Francisco Lotério | www.ainor.com.br | www.loterio.com.br | @ainorloterio